

O DISTRITO CONQUISTA-SE À ESQUERDA

Programa de candidatura à Comissão Coordenadora Distrital do BE – Porto – 2020/2022

Índice

A ATUAL SITUAÇÃO	2
O DISTRITO DO PORTO.....	3
ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA INTERNA - PALAVRA AOS/ÀS ADERENTES	5
Propostas:.....	6
AUTÁRQUICAS 2021.....	7
Propostas:.....	7
TRABALHO, TELETRABALHO, DESEMPREGO E PRECARIIDADE.....	8
Propostas:.....	9
COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO	10
Propostas:.....	10
TURISMO.....	10
Propostas:.....	11
HABITAÇÃO	11
Propostas:.....	11
EDUCAÇÃO	12
Propostas:.....	12
CIDADANIA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS	13
Propostas:.....	13
AMBIENTE	13
Propostas:.....	14
TERRITÓRIO E REGIONALIZAÇÃO.....	14
Propostas:.....	15
CANDIDATO/AS	16

A ATUAL SITUAÇÃO

As problemáticas sociais, laborais e ecológicas, geradas pelo funcionamento do sistema capitalista, agravam-se. Aos problemas antigos e estruturais, junta-se uma maior incerteza no emprego, o aumento dos despedimentos, uma “normalização” da precariedade laboral, a restrição de direitos democráticos e a insegurança sanitária generalizada, trazida pela pandemia. Ainda não temos uma perspetiva completa das consequências desta crise, mas conhecendo as relações de poder numa economia capitalista e a submissão do poder político aos interesses do capital, prevemos um agravamento das desigualdades e mais carga sobre as/os trabalhadoras/es e o povo, que será chamado, mais uma vez, a pagar a crise. Uma situação intolerável que convoca todo/as o/as bloquistas para a luta.

A segunda parte da legislatura 2015/2019 impunha o estabelecimento de um novo patamar de negociação com o PS, que colocasse em cima da mesa um novo caderno de encargos, que incluísse a legislação laboral, o investimento público e a crise habitacional, estabelecendo novos objetivos até ao final do mandato. Este não foi o entendimento da direção do partido, o que, voluntaria ou involuntariamente, acabou por resultar num afastamento do Bloco em algumas lutas sociais, cedendo à chantagem da queda do Governo. Durante toda a campanha eleitoral para a legislatura seguinte, a direção do partido mostrou uma posição demasiado tímida em relação a questões sociais e laborais (a luta dos camionistas, dos professores, etc.), defendendo a estabilidade como um valor em si, com vista à repetição da solução governativa anterior.

As Eleições Legislativas de 2019 traduziram-se numa perda efetiva de votos para o BE (perdemos mais de 50 mil), implementando uma nova correlação de forças a nível parlamentar. Algumas posições, sem serem amplamente debatidas no seio do movimento, fizeram com que o país agora percecionasse o Bloco como refém do PS, revelando dificuldade em manter uma agenda própria e de afirmação dos princípios que levaram à sua génese. Várias vozes criticaram esta tática. Porém, a coberto da direção do partido, a solução encontrada foi afastá-las, sendo o exemplo mais grave desta falta de cultura democrática o “saneamento” de um ex-deputado que tinha sido escolhido, com mais de 80% dos votos dos aderentes do seu distrito, e o silenciamento, redução de salário e dispensa de funcionários, sem nenhuma razão plausível para tal, a não ser a sua crítica ao rumo que o partido estava, e está, a levar. Por outro lado, as distritais e outras estruturas do partido vão preenchendo os lugares disponíveis com quem seja mais fiel à atual direção e às tendências aí representadas, uma entorse que se tem vindo a instalar desde a formação de tendências.

Na atual legislatura, o posicionamento da direção do partido deixou o PS livre para fazer acordos de geometria variável, sendo os mais estruturantes os celebrados com o PSD (investimento a médio e longo prazo, eleição dos presidentes das CCDR – dificultando o caminho da Regionalização, diminuição dos debates na AR, etc.),

colocando-se o Bloco muitas vezes em caminhos pouco coerentes com a sua génese e história, caminhos de difícil sustentação política e ideológica. A viabilização do Estado de Emergência, com os votos favoráveis do Bloco, que limitou o direito à greve e à resistência, ou a viabilização do Orçamento Retificativo, abrindo caminho à austeridade, sem qualquer imposição de linhas vermelhas concretas, espelha a fragilidade atual do Bloco. Em troca de poucos ganhos para os/as trabalhadores/as e para a população, sem nada de estrutural, perigou-se uma condição e identidade fundamentais do partido/movimento – uma esquerda moderna, ágil, feita para a transformação social, sem tergiversações, em direção ao socialismo. Não perceber esta condição atual é deixar que o Bloco de Esquerda se torne, a médio prazo, uma força secundária, meramente acessória, e que não se traduz na defesa intransigente dos interesses das/os trabalhadoras/es e do país, contra a progressão do sistema capitalista nas nossas vidas.

A resposta à crise exige propostas anticapitalistas e ecossocialistas, contra o sistema financeiro, de confronto com os tratados e as imposições da União Europeia, os autoritarismos e a extrema-direita.

O DISTRITO DO PORTO

O distrito é de uma grande diversidade social e cultural, apesar das enormes discriminações, desigualdades e precárias condições de vida, quer em termos de trabalho, quer de habitação.

Todavia, a diversidade que o atravessa, desde a Póvoa de Varzim a Baião, de VN Gaia a Felgueiras, mostra a grande capacidade das suas gentes, enorme criatividade e resiliência conseguindo tirar o melhor proveito dos poucos recursos a que temos acesso, apesar de ser um território com muita riqueza e recursos (explorados pelo capital, desaproveitados pelas instâncias do poder, desbaratados para o setor privado...).

As cidades e os concelhos do distrito vão sofrendo alterações através dos planos diretores municipais, com uma população alheia às alterações que os poderes políticos, juntamente com o poder económico, vão fazendo. É necessário ficarmos vigilantes.

A pandemia conduziu a uma redução do poder económico de muitas famílias, agravou as contradições do sistema capitalista que geram mais pobreza, introduziu mais desigualdade e exacerbou a polarização da riqueza. O setor do trabalho, amplamente fustigado no distrito e no país, conhece hoje formas mais agressivas que nunca no atropelo dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. É nesta medida que a resposta à crise exige propostas anticapitalistas e ecossocialistas, contra o sistema financeiro, de confronto com os tratados e as imposições da União Europeia, os autoritarismos e a extrema-direita.

Pese embora o papel primordial de uma CCD na direção quotidiana do partido e da actividade distrital, a distrital do Bloco de Esquerda no Porto, comandada informalmente por um secretariado afeto às duas tendências, tem sido pautada por uma excessiva concentração na intervenção parlamentar, muitas vezes parecendo uma correia de transmissão da direção de Lisboa. Este “centralismo” resulta em pouca atenção às realidades e problemas concretos dos concelhos mais afastados do Porto, tanto ao nível da organização interna como aos problemas concretos que afetam as populações mais afastadas da capital do distrito. Essa atuação tem dificultado quer o desenvolvimento da sua influência quer uma maior ligação do Bloco ao território. Em prol de uma implantação mais coesa do BE no distrito, é necessário mudar esta forma de direção quotidiana.

O distrito tem uma extensão costeira, desde a Póvoa de Varzim até Vila Nova de Gaia, onde se podem encontrar os maiores aglomerados populacionais. As desigualdades, a pobreza, a precariedade laboral, os baixos salários, a inexistência ou a fraca rede de transportes públicos, a falta de habitação a preços comportáveis, os vários problemas ambientais, a insuficiência de equipamentos sociais públicos para uma população mais envelhecida, foram agravados com a pandemia, acentuando o fosso entre classes sociais. Para que possa haver equidade em toda a população do distrito, será essencial colocar na agenda a exigência da municipalização dos serviços de base, como o abastecimento da água, o saneamento, bem como a recolha e tratamento de resíduos. Além da tarifa social automática da energia, água e resíduos, devemos exigir a distribuição de uma base mínima gratuita de eletricidade e água para todas as famílias, independentemente da sua situação financeira, e que a cobrança desses serviços seja feita apenas do consumo excedente. É também necessário pugnar pela distribuição municipal da eletricidade em baixa, sendo que as concessões à EDP já acabaram e é agora possível remunicipalizar esse serviço.

A demissão do Estado central e autarquias de uma maior intervenção nas suas funções sociais, como são o exemplo os cuidados às crianças e idosos/as, é inaceitável. É necessário exigir uma intervenção mais direta do Estado nestes setores, de disponibilização e gestão, através das autarquias e do Governo, dos equipamentos e recursos afetos a crianças e população idosa. Não podem ser as IPSS, muitas vezes com pouco escrutínio e transparência, a tomarem conta de funções primordiais como estas, que cabe ao Estado prover. Essa é uma exigência pela qual os/as aderentes no distrito devem lutar.

Para o interior, o distrito estende-se até Amarante e Baião, concelhos caracterizados pelo grande número de população idosa, onde falta muita coisa, desde saneamento, serviços públicos, transportes, emprego, até à “famosa” ligação viária entre o Marco de Canaveses e a ponte da Ermida. É urgente combater o abandono a que estas pessoas ficaram sujeitas, quer com a perda de vários serviços públicos quer com a falta de investimento público. Atualmente, em tempo de “emergência climática”, é um grave erro ignorar que o país precisa de mais ferrovia e de políticas de

reconversão energética. O comboio foi, e é, um meio importantíssimo de coesão do território, de aproximação de regiões e de vidas, um meio de ligação estreita entre todos/as. O troço da Linha do Tâmega, entre a Livração e Amarante foi encerrado há 11 anos, depois de festejado, com toda a pompa e circunstância, o seu centenário. Não podemos desistir da sua reabertura. Na região do Vale do Sousa, residem mais de 300 mil pessoas. Não obstante a existência de diversas indústrias e atividades rurais, é constatável a incongruência de parte da população se deslocar quotidianamente para o Grande Porto. O aumento de possibilidades de emprego e estudo na região terá de ser considerado como necessidade vital para as pessoas, para a afirmação da região e como fator de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, terá de ser implantada uma rede funcional de transportes coletivos que possibilite a mobilidade das pessoas e que impeça o isolamento de algumas freguesias e lugares.

ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA INTERNA - PALAVRA AOS/ÀS ADERENTES

A crise sanitária ditada pelo COVID impõe mais responsabilidade e exigência de luta aos/às aderentes do Bloco de Esquerda no distrito do Porto. O Bloco fazia antes e continua a fazer a sua luta por uma sociedade mais justa e coesa, com ou sem pandemia. Porém, hoje, mais do que nunca, é necessário um Bloco mais dinâmico, mais inclusivo na sua génese organizativa, mais propositivo na sua ação política, mais abrangente na sua extensão de influência, cada vez mais capaz de refletir e agir sobre os principais problemas do distrito, com maior participação militante, e em que a pluralidade e a democracia possam continuar a ser a base de todo o nosso trabalho.

A renovação da militância tem sido um desafio para o Bloco, tal como o tem sido o equilíbrio regional da sua implantação nos concelhos do distrito. No distrito do Porto, o Bloco possui um grande número de aderentes provenientes de diferentes concelhos, sendo, no entanto, na área metropolitana onde podemos encontrar mais militância.

Ao longo dos anos, temos assistido a um declínio da participação militante, o que leva alguns órgãos a exibirem uma repetição de candidaturas ano após ano. Este fenómeno é revelador da dificuldade do Bloco em renovar a sua militância, a que acresce o abandono de vários/as militantes. É certo que, na génese desse abandono, podem estar aspetos do foro pessoal e/ou profissional, contudo, também sabemos que alguns/mas não sentiram, no seio do partido-movimento, um espaço de participação efetiva. Os/as aderentes não podem ser meros espectadores ou simples tarefeiros para colagens de cartazes, tomando muitas vezes conhecimento das posições do Bloco pela imprensa.

A aposta nos movimentos sociais e na organização de campanhas de adesão ao partido-movimento, com especial incidência nas/nos jovens, parece ser essencial. Inverter a lógica da asfixia e da exclusão imposta pelas tendências, conferir

verdadeira autonomia às estruturas de base e envolvê-las na discussão permanente, configuram estratégias determinantes para a consolidação da militância. Sistemas de votação abertos e mais transparentes fortalecem a democracia interna e dão origem a listas que refletem a pluralidade da organização. O Bloco é um partido com aderentes e militantes e todos e todas têm a mesma legitimidade para lutar pela política, sendo as bases a estrutura e a força de um partido/movimento como o BE. Só quem se sentir verdadeiramente parte, só quem sentir que a sua opinião conta, poderá sentir-se mais bloquista e mais dedicado à militância. O Bloco deve ser a força de combate contra a desigualdade, o impulso de confiança na luta pelo pleno emprego, a resistência face aos atropelos dos direitos das/dos mais desprotegidas/os, o vigor por um mundo eco-socialista, antirracista e feminista.

Propostas:

ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA – PALAVRA AOS/ÀS ADERENTES

- Descentralizar as reuniões da Comissão Coordenadora Distrital (CCD) nos diferentes concelhos;
- Promover, alternadamente, a participação de representantes de cada Comissão Coordenadora Concelhia (CCD) nas reuniões da CCD;
- Potenciar a circulação de informação entre aderentes, seja através da atualização do site distrital, das redes sociais e de memorandos das reuniões dos órgãos do distrito;
- Criar estruturas inter-concelhias informais, para partilha, articulação e conseqüente maximização da intervenção do Bloco no distrito;
- Conferir autonomia financeira às CCC, cedendo para cada uma um orçamento independente e efetivo a cada órgão concelhio, com definição transparente dos critérios de atribuição de recursos;
- Reformar as sedes existentes e alargar, onde seja necessário;
- Construir as listas à Assembleia da República pelo sistema de lista aberta;
- Promover a abertura democrática na formação de listas candidatas às bases de aderentes em cada concelho;
- Promover o debate participado e a decisão democrática sobre a tática do partido face às próximas eleições autárquicas – em termos de alianças, prioridades, consistência entre a nossa ideologia, os nossos princípios e a nossa atuação;
- Promover a formação em questões de análise de orçamentos, legislação, etc.;
- Elaborar um roteiro social do distrito, com uma ampla participação das CCC, das/os aderentes, instituições locais, órgãos autárquicos, etc., procurando conhecer os efeitos da pandemia em cada concelho, nomeadamente quanto ao desemprego, carência económica, instituições residenciais, produtores, etc.;
- Aferir as medidas implementadas de resposta à crise em cada município e elaborar um plano autárquico coeso para o distrito e, simultaneamente, específico para cada concelho;
- Organizar uma agenda própria da CCD, que não se cinja nem esteja dependente da atividade das/os deputadas/os, da iniciativa parlamentar e/ou dos órgãos nacionais do partido;
- Criar, promover e/ou multiplicar processos reivindicativos contra o desemprego, pelos serviços públicos, na defesa do ambiente, equipamentos sociais, habitação, contra as discriminações, etc.

AUTÁRQUICAS 2021

As eleições autárquicas são o desafio mais importante que se coloca a todas as distritais e um momento de grande importância para o enraizamento local do Bloco. O desafio autárquico deve contar com o envolvimento de todos e de todas as aderentes, quer na escolha dos/as candidatos/as, quer com contributos e debate das questões locais. Cabe à direção nacional apoiar, incentivar e dinamizar as ações distritais respeitando as escolhas dos/as aderentes e contribuindo de forma positiva para o melhor resultado em todos os distritos.

As próximas eleições devem ser encaradas como um campo de batalha anti austeridade e um momento ímpar para o enraizamento local, em que cabe ao Bloco o aumento da sua influência no distrito. A participação nas autárquicas deve ser alvo de amplo debate, conferindo às organizações locais a capacidade de decisão sobre candidaturas, candidatas/os e respetivos programas eleitorais, além de eventuais alianças táticas à esquerda, com um programa inegavelmente de esquerda, com linhas vermelhas e modos de funcionamento.

As autárquicas de 2021 devem configurar uma oportunidade para enraizar os projetos políticos locais e inverter o excessivo parlamentarismo que tem pautado a intervenção política no distrito. PSD e PS continuam a ser as forças hegemónicas no distrito. Urge construir uma formulação para combater a política conservadora, dos interesses e de fraca sensibilidade ambiental, urbanística e social, representada por estes partidos.

Dar visibilidade ao trabalho local é um aspeto primordial a ter em conta, em que a CCD, aderentes e funcionários/as podem desempenhar uma função determinante. Da ação conjugada das intervenções a nível autárquico e respetiva partilha de documentos de reflexão política, passando pela assessoria de imprensa e transformação das actividades locais em notícias nos canais internos e externos ao Bloco de Esquerda, serão inúmeras as iniciativas a desenvolver. O site distrital, e concelhos anexos, a par das redes sociais, devem ser canais preponderantes na divulgação das iniciativas e tomadas de posição do Bloco. A dinamização efetiva do Grupo de Trabalho Autárquico, onde participem autarcas e não autarcas, é um passo importante para a sinergia e articulação políticas, concedendo mais força aos projetos do Bloco em cada localidade.

Propostas

- Realizar um Encontro Autárquico Distrital, prévio às eleições, para balanço do último mandato e preparação das linhas mestras do próximo;
- Iniciar a articulação com as CCC e aderentes para elaboração de propostas-base e eventuais candidaturas;
- Dinamizar, desde já, o Grupo de Trabalho Autárquico no distrito para que trabalhe em rede com as/os eleitas/os pelo Bloco, CCC e aderentes, apoiando os primeiros e aumentando a capacidade propositiva do BE em cada órgão onde tem representação;
- Promover e apoiar a elaboração de propaganda específica, afeta aos problemas e propostas locais.

TRABALHO, TELETRABALHO, DESEMPREGO E PRECARIIDADE

Em 2018, estavam registadas nos centros de emprego do distrito cerca de 94 mil pessoas, revelando que o distrito do Porto tinha as mais altas taxas de desemprego do país. Acresce que muitas pessoas estão sem emprego e não se encontram registadas nos Centros de Emprego e outras têm trabalhos precários, mal pagos e sem condições. Se juntarmos as consequências da pandemia, os dados apontam um agravamento deste flagelo na maioria dos setores laborais.

A previsão, agora, é de que teremos uma contração para a zona euro de 7,5% do PIB, de 3% do PIB global, bastante maior do que à registada na crise financeira de 2007-08. Uma recessão e um desemprego histórico – a OIT estima que se possam perder 200 milhões de postos de trabalho com a crise – fizeram aumentar o receio da desigualdade, em crescimento quase ininterrupto nas últimas décadas e se revelasse na distribuição dos custos. A crise pandémica, o confinamento e agora o desconfinamento trouxeram de volta o desemprego, a pobreza e a fome ao nosso País. A fome e a pobreza trouxeram-nos também a preocupação pela sobrevivência social e pela sustentabilidade da segurança social. No centro desta crise estão as pessoas, o aprofundamento das desigualdades sociais, a precariedade na vida e no trabalho. Os/as trabalhadores/as viram-se, inicialmente, a serem privados de direitos constitucionais da legislação laboral, o direito à indignação, à greve e à manifestação, corte nos salários com o lay-off “simplificado”, abuso do patronato no recurso aos despedimentos, encerramento e falência de muitas micro e pequenas empresas, da paralisação da atividade de trabalhadores/as autónomos/as ou a recibo verde.

Dezenas de milhares de pessoas empobreceram e são obrigadas a recorrer a ajuda alimentar. Combater a fome, o desemprego, o corte de rendimentos de quem trabalha é a grande prioridade. É preocupante que o governo não tenha seguido o caminho de outros países para impedir os despedimentos, proibindo-os, e integrando todos/as os/as trabalhadores/as despedidos/as durante o período da pandemia. A crise evidenciou, ainda, a falência do modelo de desenvolvimento e de uma crescente segmentação do trabalho, precariedade e baixos salários. Em democracia há sempre alternativa. Este é o momento para iniciar um novo caminho contra a fome e o empobrecimento dos/as trabalhadores/as e do povo, contra a austeridade e as velhas e novas políticas de recuperação capitalista, numa agenda de transformação social, de construção de alianças sociais para um programa anti-austeritário, na disputa por uma maioria social que altere a atual correlação de forças, porque outra Europa e outro Portugal são possíveis.

O confinamento massificou o teletrabalho em diversos setores e trouxe desigualdades, nomeadamente no que respeita à parte remuneratória que não é considerada rendimento. Algumas empresas deixaram de pagar o subsídio de alimentação. Perante este exemplo, será necessário lutar pela clarificação da legislação do teletrabalho.

Ouviram-se palmas, fomos bater palmas a todos/as os/as profissionais de saúde e outros/as profissionais que estiveram e estão na primeira linha na prevenção e tratamento do Covid 19. A linha da hierarquia começa nas/os profissionais de limpeza e nos/as assistentes operacionais que todos os dias higienizam e tratam dos espaços e dos/as doentes, no entanto, na maioria das situações são esquecidos e não veem o seu esforço e trabalho reconhecidos. A nossa lista irá lembrar todos/as os/as trabalhadores/aas, lutando pelo reconhecimento da profissão de Auxiliares de Ação Médica.

Lembramos que, no passado, para economizar, o governo resolveu dissolver e generalizar as carreiras profissionais, nomeadamente os Assistentes Operacionais (AO), desmaterializando as especificidades e conteúdos profissionais das referidas carreiras. Devemos defender estas carreiras e reivindicar a denominação de Auxiliar de Ação Médica para aqueles que hoje são "pau para toda a obra" — os/as AO.

Nesta fase de Covid 19, médicos/as, enfermeiros/as, assistentes técnicos e assistentes operacionais estiveram e estão expostos à perigosidade, ao esforço físico e psicológico e seria de grande justiça a atribuição de um subsídio de risco. A franja desta escala que são os/as AO, não podem, nem devem ser esquecidos/as, devendo ser valorizada a sua carreira profissional reformulando a denominação para Auxiliares de Ação Médica, materializando a concretização e definição de conteúdos profissionais por forma a que possam vir a ter a merecida progressão da carreira."

O trabalho doméstico e a sua desproteção são uma das nossas preocupações. Estes homens e mulheres, em muitos casos, vêm diariamente de locais do interior do distrito para prestar o trabalho na área metropolitana. Na linguagem comum, as "mulheres a dias" com a crise pandémica, na maioria dos casos, ficaram sem qualquer rendimento e sem proteção social. Esta área deverá ter uma especial atenção para que, em situações futuras de crise ou outras, não deixemos estas mulheres e homens à míngua de um sustento.

Propostas:

- Reunir esforços para promover a denúncia e o combate à precariedade laboral e a outras formas de abuso patronal, em conjunto com as Organizações de Trabalhadores e movimentos;
- Pugnar pelo reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho na região, com mais inspetores/as e equipamentos, de modo a garantir o trabalho com direitos para os/as trabalhadores/as;
- Promover a gratuidade dos passes de transportes para pessoas desempregadas e a obrigatoriedade de a entidade patronal pagar esses custos aos seus trabalhadore/as;
- Lutar pela revogação das normas gravosas do Código de Trabalho do período da troika;
- Promover legislação laboral que impeça os despedimentos individuais e coletivos e proteja os/as trabalhadores/as no emprego e no desemprego.

COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO

Somos um distrito que se afirma pelas suas particularidades geográficas (mar, rio e montanha) - refletindo-se nas suas atividades económicas e no seu contexto social. Apenas uma parte dos municípios do distrito integram a Área Metropolitana do Porto, pelo que é necessário ter em consideração as diferenças que separam o litoral do interior do distrito. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares é o primeiro dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados pela ONU em 2015 e que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, caminho que se torna mais difícil de fazer com a perda de rendimentos provocada pelo surto pandémico que resultou num aumento galopante do desemprego, dos despedimentos, do lay-off com o encerramento e falência de muitas micro e pequenas empresas e a paralisação da atividade de trabalhadores/as autónomos/as ou a recibo verde.

Propostas:

- A grande prioridade da luta no distrito deve ser combater a fome, o desemprego e o corte de rendimentos de quem trabalha;
- É necessário pugnar por travar os despedimentos, a “uberização” do trabalho e promover o apoio às micro e pequenas empresas impedindo, desta forma, o aumento do desemprego;
- O Bloco deve proteger e lutar pela melhoria das condições de vida dos/as mais vulneráveis no distrito, especialmente os/as sem-abrigo, desalojados/as, idosos/as, bem como refugiados/as ou imigrantes e as vítimas de violência doméstica;
- Os períodos de crise económica são sempre alturas propícias à estigmatização, ao racismo e à xenofobia, pelo que esta distrital deve zelar para que as minorias sejam respeitadas e devidamente protegidas.

TURISMO

Em setembro de 2017, vários/as cidadãos/ãs e movimentos sociais marcharam na cidade de Palma de Maiorca, em Espanha, contra a massificação do turismo. Com slogans como "sem limites, não há futuro" ou "massificar prejudica seriamente a saúde", exigiam medidas do governo municipal e manifestavam o sentimento geral dos/as moradores/as de que a cidade está saturada de turistas e de alojamentos para eles/as.

O Porto é uma cidade que tem um amor tóxico com os/as turistas que está a destruir a cidade (pela sobretaxa que representam, pela especialização da oferta). O distrito assistiu a um incremento exponencial do turismo que significou, simultaneamente, o aumento de postos de trabalho e de rendimento de algumas famílias e o exílio, despejo e exclusão de outras, nomeadamente pessoas idosas ou de classes sociais mais desfavorecidas. Com a pandemia, o número de turistas reduziu-se significativamente, provocando o desemprego e a queda de rendimentos a milhares

de trabalhadores/as. A manter-se a situação atual, será necessária uma reconfiguração do perfil de emprego na região, para dar resposta a todos estes/as trabalhadores/as. O Bloco não poderá faltar a este debate, tendo como balizas principais a proteção das pessoas, do emprego, dos seus rendimentos e da sustentabilidade da região.

O rio Douro tem um intenso trânsito fluvial de cruzeiros que descarregam, diretamente no leito do rio, os detritos gerados por essa atividade. Antes da pandemia, era também intenso o movimento de turistas em autocarros que muitas vezes com grande dificuldade e embaraços para o trânsito cruzavam as artérias da cidade. As velhas ruas ganharam novos ares e as lojas tradicionais perderam o seu cunho genuíno, com as suas atividades tradicionais, para dar lugar a cadeias internacionais de restauração ou a lojas de lembranças, com produtos, na sua maioria importados, que fixam e reproduzem estereótipos.

Propostas:

- É necessário um controlo de oferta de acomodação turística e para que o excesso de visitantes não descaracterize ainda mais a cidade e contribua para o aumento dos preços dos imóveis. Este fenómeno tende a alastrar-se para as pequenas localidades do distrito ao longo da costa atlântica. Todavia, a pandemia veio alterar este quadro, com consequências graves para muitas pessoas que ainda não foram devidamente avaliadas. Da mesma forma que intervenção do poder local é fundamental para estabelecer limites de ocupação, também tem a obrigação de desenvolver estratégias para dar resposta ao problema causado pela crise pandémica.

HABITAÇÃO

A habitação é um pilar do Estado Social e um direito fundamental para todas as pessoas. A pobreza, a precariedade, os baixos salários, a especulação imobiliária, a crise habitacional e o não cumprimento do direito à habitação têm trazido para o distrito situações inaceitáveis de despejos e de dificuldades no âmbito da habitação.

Uma política de esquerda tem de planear uma ação sistemática de luta contra os atentados ao direito à habitação a que temos assistido. Quer na atuação autárquica, quer exigindo reformas legislativas adequadas, o BE tem de colocar este direito como uma causa prioritária.

Propostas:

- Articulando com as propostas no âmbito do turismo, é necessário um controlo de oferta de acomodação turística e para que o excesso de visitantes não descaracterize, ainda mais, a cidade e contribua para o aumento dos preços dos imóveis.
- Exigir que o poder central, em articulação com as autarquias, promova e concretize um plano de reabilitação, ou construção, de habitação social ou para arrendamento a custo controlado. Mais ainda, é necessário pôr termo ao exercício do poder abusivo por parte da autarquia do Porto em relação aos despejos;

- É necessário elaborar com urgência uma estratégia local e que priorize as soluções habitacionais a serem desenvolvidas nos municípios, ao abrigo do Programa 1º Direito – Programa de Acesso à Habitação;
- Para mitigar as consequências da pandemia, é premente a luta pela baixa generalizada da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em todos os concelhos do distrito. Em Gaia particularmente, mas um pouco por todo o distrito, é necessário considerar a exigência de uma rápida integração da comunidade cigana em habitações dignas. Há vários anos que as barracas vão aumentando e o poder local não tem resolvido o problema, apesar das várias e sucessivas promessas. Há famílias que vivem sem as mínimas condições, nomeadamente no acesso a água potável. É necessário combater a “privatização” da habitação social – as Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) – que passaram a sair do controle democrático das Assembleias Municipais.

EDUCAÇÃO

O direito à Educação é um direito básico de todas as pessoas. Se já não era cumprido o seu mandato democrático antes da pandemia, esta situação veio mostrar as disparidades sociais de crianças, adolescentes e jovens, face a uma Educação que continua a pautar-se pela bitola da cultura de classe média e se deixa instrumentalizar pelo capitalismo e respetivos representantes nas políticas nacionais e locais.

Concomitantemente, a pandemia veio também mostrar o que para nós já era evidente: a insuficiente cobertura de creches públicas no distrito. Aliás, a Segurança Social, quando questionada sobre o nº e capacidade de crianças de creches públicas e jardins de infância com horário adequado para famílias das classes trabalhadoras, não responde. Será um importante vetor da nossa ação militante pugnar pela criação de uma rede de creches públicas integradas no sistema educativo e gratuitas.

Propostas:

- Enquanto militantes e dirigentes do BE iremos estar vigilantes em relação à igualdade de oportunidades de acesso, e sucesso, das crianças, adolescentes e jovens a uma Educação de qualidade, sobretudo nas zonas mais remotas e/ou carenciadas do distrito. Há bastante indefinição sobre o que vai acontecer no próximo ano letivo, mas estaremos atentas/os para denunciar os atentados ao direito à educação.
- Estaremos também fiscalizadores em relação às condições do trabalho docente, em particular se surgirem mais tentativas do Ministério da Educação (ME) para estabelecer um ensino à distância pobre e exigir às/aos docentes o exercício das suas funções sem a formação, recursos e condições necessárias. Sabemos que a interação pedagógica, quer entre docentes e crianças/adolescentes/jovens, quer entre as próprias crianças, adolescentes e jovens, é fundamental para a aprendizagem e, sobretudo, para um desenvolvimento cognitivo, emocional e social saudável. Por isso, e não sendo nós completamente contrários/as ao ensino à distância, enquanto modalidade de ensino a desenvolver em situações absolutamente excecionais, este tem de ser preparado com cuidado e têm de ser criadas as condições para a interação pedagógica.

CIDADANIA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

A situação que vivemos, a partir da pandemia, exige da esquerda uma enorme atenção e vigilância, já que estão criadas condições para o exercício de maior controle e abuso de poder, assim como de restrições aos direitos de cidadania de todas as pessoas.

As mulheres, as pessoas racializadas (vítimas de discriminação racial), com deficiência, idosas/os ou com orientação sexual diferente da heterossexual, encontram-se em situações de vulnerabilidade e risco de violência (ainda mais se forem de classes sociais desprivilegiadas) para os quais uma esquerda exigente e ativa precisa de denunciar e exigir serviços adequados e de qualidade.

Por exemplo, em relação aos lares de idosas/os, a pandemia mostrou como não tem havido regulação estatal de muitas instituições que recebem os subsídios (muitas vezes insuficientes) e não dispõem nem de espaços nem de equipas adequadas para o desenvolvimento do seu trabalho. Também é preciso denunciar os baixos salários e a precariedade das pessoas que trabalham nestes setores e cujas funções são de enorme relevância para a sociedade.

Propostas:

- A presença (não controleira) do BE nos diversos movimentos sociais de luta contra as discriminações e de mobilização pela melhoria das condições de vida de grupos em especial vulnerabilidade e risco de violência tem sido fundamental (antirracista, feminista, de trabalhadores/as, LGBTI+, comissões de moradores, defesa das minorias, comunidade cigana, chineses, brasileiros, entre outros). Porém, é necessário que a nossa presença seja mais propositiva, sem autoritarismos ou aproveitamentos;
- Continuaremos a lutar para conseguir alternativas comunitárias de cuidados residenciais compartilhados de idosos. Pugnaremos também pela criação de lares de idosas/os e de centros de dia públicos, em todos os concelhos, para promover a qualidade de vida das/os idosas/os.

AMBIENTE

No distrito são várias as questões associadas a escolhas e estratégias delineadas pelo poder central e local que contribuem para a degradação ambiental. Os apregoados programas para mudança de comportamentos, ou a proposta de aprofundar e divulgar o conhecimento sobre a biodiversidade do distrito, ficam aquém de um programa sério para a sustentabilidade ambiental. Na verdade, em todo o distrito, as linhas de água continuam a transbordar em épocas de chuva, provocando inundações e descargas de poluentes para o mar e cursos de água. Os ecossistemas ribeirinhos, como o do rio Leça, rio Ferreira, rio Sousa entre outros, apenas têm previstas operações de cosmética superficiais que não requalificam os ecossistemas. Há 40 anos que a Siderurgia Nacional-Empresa de Produtos Longos S.A. (SN-EPL) em S. Pedro Fins e Folgosa produz ruído noturno que impede o descanso das populações e lança micropartículas metálicas no ambiente numa região que é agrícola por excelência, forçando alguns/mas moradores/as a abandonar o cultivo

das terras e colocando em perigo a saúde dos/as residentes. O ruído e a qualidade do ar em vários municípios do distrito ainda ficam aquém do desejado.

As novas praças como a praça Guilherme Pinto, em Matosinhos, são maus exemplos de impermeabilização do solo, os espaços verdes de recreio são constituídos maioritariamente por espécies não autóctones preferencialmente de crescimento rápido, para mostrar trabalho.

Nos vários concelhos do distrito têm surgido ciclovias, mas em muito casos impraticáveis, apenas para justificar fundos e demonstrar uma preocupação com os objetivos de redução das emissões de CO₂, enquanto continua a ser deficiente a resposta de transportes públicos de qualidade, que respeitem o ambiente e que sejam inclusivos.

O Porto norteia a sua atividade a médio e longo prazo por critérios de sustentabilidade, ecoeficiência e análise custo-benefício mais centrada no benefício de alguns interesses particulares do que nos da população geral, ignorando os prejuízos que essas escolhas vão trazer a longo prazo.

Propostas:

- O distrito carece de uma estratégia de médio e longo prazo para o Ambiente, que dê resposta a questões como o tratamento de resíduos, o tratamento de águas residuais, a despoluição e reabilitação de rios e ribeiras, a criação e tratamento de zonas verdes ou a arborização de zonas de vias rápidas e autoestradas, que promova uma rede de transportes que facilite a deslocação dentro do distrito, que zele pela preservação e qualidade da nossa orla costeira, preserve a identidade das nossas aldeias e incentive a floresta autóctone.
- Apoiar os movimentos de jovens de defesa do ambiente e luta contra as alterações climáticas, recentemente revigorados.

TERRITÓRIO E REGIONALIZAÇÃO

Se com meios, dimensão e conhecimento pode fazer quem está mais perto, por que raio há de fazer quem está mais longe? O objetivo de criação das regiões administrativas, a Regionalização, está previsto na Constituição desde a sua primeira versão. PSD e CDS sempre se opuseram a este processo, bloqueando-o ativamente, principalmente nas lideranças de Marcelo Rebelo de Sousa e de Paulo Portas. O processo político que visa a descentralização administrativa e a concretização de autarquias de nível supramunicipal continua a padecer de uma inércia suspeita, que atira para as calendas gregas a mudança necessária. O que o Governo parece estar a fazer é seguir a cartilha Relvas e apostar na municipalização, a fazer de conta que descentraliza com a eleição dos presidentes das CCDR pelos presidentes de Câmara e autarcas. A Regionalização continua a ser necessária. Em primeiro lugar, porque a devolução (e não delegação) do poder para instâncias regionais permite atribuir legitimidade democrática a quem gere e decide (n)esses espaços. A descentralização do poder desburocratiza, facilita e promove o escrutínio e participação ativa das populações. Nada disto acontece atualmente. Em segundo,

pela lógica de escala e evidente necessidade de uma melhor integração de espaços territoriais mais alargados, com base nas suas características e problemas comuns. Uma abordagem descentralizada de fenómenos que ultrapassam a fronteira concelhia permite soluções mais eficientes para um vasto conjunto de problemas, cada vez mais emergentes, e que só podem ser bem geridos num âmbito regional, em cooperação entre freguesias, municípios e a Administração central. Pense-se, por exemplo, nas grandes infraestruturas, portos (Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Matosinhos...), ferrovia, vias de comunicação, no ambiente, rios, espaços protegidos da natureza, na mobilidade, nos fundos europeus, no turismo, na economia regional e sua tipologia, etc. Será que cada município é mais eficiente se fizer o trabalho por si só? Será que tem meios, massa crítica e verbas para confrontar problemas que passam, mas que ultrapassam as fronteiras do concelho?

Por último, em prol do desenvolvimento equilibrado, da justiça e da coesão territorial, é urgente combater o centralismo crónico e a preponderância histórica de um espaço em detrimento de outros. O fenómeno do centralismo português é mau para muita gente, inclusive para quem vive no “centro”, pois tem como consequência a exacerbação de uma panóplia de problemas causados pela concentração de milhões de pessoas à volta de um espaço relativamente pequeno.

A Regionalização, por si só, não resolve as assimetrias e desigualdades territoriais que existem no país, mas parece-nos ser um passo na direção da equidade e no avanço da democracia, do distrito e do país. Por isso, pugnaremos por ela.

Propostas:

- A Regionalização é um processo que o Bloco deve colocar urgentemente na ordem do dia e empenhar-se para que se concretize rapidamente em Portugal. A luta pela sua concretização deve passar pela promoção de debates e pela criação de uma agenda no distrito com este tema.
- Exigir a realização de consulta à população para decidir sobre a continuação, ou não, da agregação das suas freguesias.

CANDIDATO/AS

LISTA DE CANDIDATO/AS EFETIVO/AS:

1. Victor Pinto – Póvoa de Varzim
2. Sílvia Moutinho Carreira – Matosinhos
3. António Joaquim Soares Luz – Porto
4. Maria Elisa de Carvalho A. Magalhães – Amarante
5. João Paulo Pinto Carvalho – Amarante
6. Ana Paula Sousa – Vila do Conde
7. Alberto de Sousa e Silva – V. N. Gaia
8. Lurdes Maria Silva Gomes – V. N. Gaia
9. Alberto Guimarães – Paredes
10. Ana Filipa Morais de Afonseca – Póvoa de Varzim
11. Pedro Queirós Amorim - Maia
12. Eva da Rocha Coelho- Penafiel
13. António J. F. Gonçalves – Porto
14. Domicília Maria Correia da Costa – V. N. Gaia
15. Luís Miguel Loureiro Xavier – Matosinhos
16. Maria Esmeralda Correia Mateus – Porto
17. Gualter Miguel M. O. F. Costa – Trofa
18. Sílvia Raquel Marques Agra – V. do Conde
19. Joaquim Fernando Pereira Araújo – Maia
20. Elsa Maria Lima Moreira – Matosinhos
21. Ivo Emanuel Moreira Barros – Penafiel
22. Carla Cristina T Almeida – V. N. Gaia
23. Fernando Pinto Lacerda – V. N. Gaia
24. Maria José Magalhães – Porto
25. Francisco Amorim Santos Batista – Maia

LISTA DE CANDIDATO/AS SUPLENTE:

1. Pedro Albuquerque Dias – Porto
2. Patrícia Cirne Braga – V. N. Gaia
3. Vítor Manuel de Oliveira Barros – V. N. Gaia
4. Ana Paula Pereira Pinto Machado – Maia
5. Jorge Nicolau de Sousa Lourenço – Porto
6. Filomena Conceição de Sousa Cirne – V. N. Gaia
7. Paulo Renato Cardoso Ricardo – Porto
8. Maria Alexandrina Carneiro – Vila do Conde
9. Luís Miguel Vale Fernandes – Porto
10. Paula Alves – Amarante
11. Paulo Jorge Coutinho Ribeiro – V. N. Gaia
12. Ana Rute Domingues Araújo – Maia
13. Ricardo André Lima Salabert – Porto
14. Marisa Cláudia Carvalho Arantes – V. N. Gaia
15. Fernando Manuel Ribeiro de Castro – Matosinhos
16. Jéssica Sofia de Jesus – Porto
17. André Queirós Amorim – Maia

Mandatária: Maria José Magalhães (Gi):

Tlm: 912 029 897 | mjm.umar@gmail.com

Representante na MAE: António Joaquim Soares Luz (Sá Luz) –

Tlm: 919 920 374 | soaresluz@sapo.pt